

O custo da educação

Anuncia-se que o programa de estabilidade e crescimento acordado com a Comissão Europeia significará, nos próximos anos, um aumento nominal nulo para o Ensino Superior enquanto que o Ensino não Superior terá um aumento nominal anual de 1.6%. Notícia sem surpresa, considerando o espaço que o financiamento do Ensino Superior ocupou nos meios de comunicação social no último semestre, quase eclipsando os esforços de contenção financeira que terão sido feitos também noutros sectores da administração pública. Isto traduz seguramente que, na opinião do Governo, o Ensino Superior se destaca dos outros sectores pelo seu enorme desperdício. Esta visão é acentuada por inúmeros textos de opinião que vão aparecendo acentuando o anquilosado da gestão universitária: Destacando-se este sector pela sua ineficiência e dificuldade de gestão, é óbvia a necessidade de uma forte pressão orçamental externa para repor a “normalidade”! Iria bem o País se fosse esta a verdadeira realidade e não somente a “realidade” servida à opinião pública.

Todos os universitários concordam na necessidade de flexibilizar o modelo de gestão universitária que tem ainda muito do que Souto Maior Cardia escreveu no remoto ano de 1976. Com o efeito cumulativo do Estatuto da Carreira Docente Universitária de 1980 e da Lei de Autonomia de 1988 seria de prever que tivéssemos um sistema completamente bloqueado e contudo a verdade é bem diferente. Mesmo sob o espartilho da administração pública no que toca à gestão de pessoal, à gestão administrativa e à gestão financeira (que a dúbia autonomia não aligeiram significativamente) as universidades têm conseguido no último decénio responder aos grandes desafios de crescimento que o País lhes exigiu e, quando o ciclo se inverte, mostram ainda uma notável capacidade de adaptação. Nunca foram excedidos os orçamentos aprovados! Isto, apesar dos estímulos ao desgoverno que os últimos governos têm dado ao prometer financiamento extra a quem se “porte mal”!

Será que o Ensino Superior merece agora o tratamento especial de crescimento nominal zero no seu orçamento enquanto os outros sectores da Educação terão um crescimento nominal de 1.5% ao ano? Será que o Ensino Superior está sobre financiado, pelo menos em termos relativos?

O gráfico anexo (OCDE, Education at a Glance 2002) é por demais evidente. **Portugal está no destacado último lugar por ter no Ensino Superior o custo por aluno mais baixo de toda a OCDE**, em relação ao Ensino não Superior. Portugal é o único país da OCDE onde o custo por aluno é, no Superior, mais baixo que no Secundário! A estratégia adoptada pelo Governo resulta certamente de um equívoco na leitura destes dados que são públicos!

A solução sugerida de aumentar o esforço pedido “às famílias” dificilmente poderá corrigir a opção de fundo que foi assumida. É geralmente aceite que a participação dos estudantes ou das famílias no custo da educação deveria ser maior que o é actualmente em Portugal. Assim acontece na maioria dos países da OCDE, com mecanismos muito variados. Para além das dificuldades políticas que tal medida implica (e que não será preciso lembrar) o efeito imediato de uma tal medida é a redução do número de estudantes no Ensino Superior. Será esse um objectivo razoável? Acresce que, por razões demográficas, começa a haver uma capacidade excedentária em algumas áreas de formação. Como irá ser gerido o efeito cumulativo da demografia e das propinas?

O Ensino Superior é porventura o único sector da administração pública portuguesa onde existe um sistema de financiamento aceite por todos os parceiros e com efeitos, por vezes muito duros, na vida interna das instituições. Para além do crescimento quantitativo, o Ensino Superior atravessou uma verdadeira revolução nos últimos 30 anos quanto aos métodos de trabalho e à qualidade dos resultados. Há parâmetros de qualidade de comparação internacional onde Portugal tem uma posição digna. Será que temos muitos outros sectores da nossa vida económica e social onde se poderão fazer comentários análogos? Esta realidade não é muito conhecida da generalidade das pessoas nem do Ministério das Finanças.

Os mecanismos de regulação e de avaliação que foram introduzidos nos últimos anos criaram nas instituições de Ensino Superior uma cultura de resposta a estímulos externos que é única. Poderiam certamente melhorar a sua eficácia, a sua eficiência e adaptar-se aos desafios da queda demográfica e da abertura internacional que já estão à vista. Uma prudente regulação de todo este sistema de educação permitiria passar da fase de crescimento em que vivemos no último século em todos os níveis para um (bem necessário) aprofundamento da qualidade. Seremos capazes disso?

Chart B1.5.

Differences in expenditure on educational institutions per student relative to primary education (1999)

Ratio of expenditure on educational institutions per student at various levels of education to educational expenditure per student in primary education, multiplied by 100

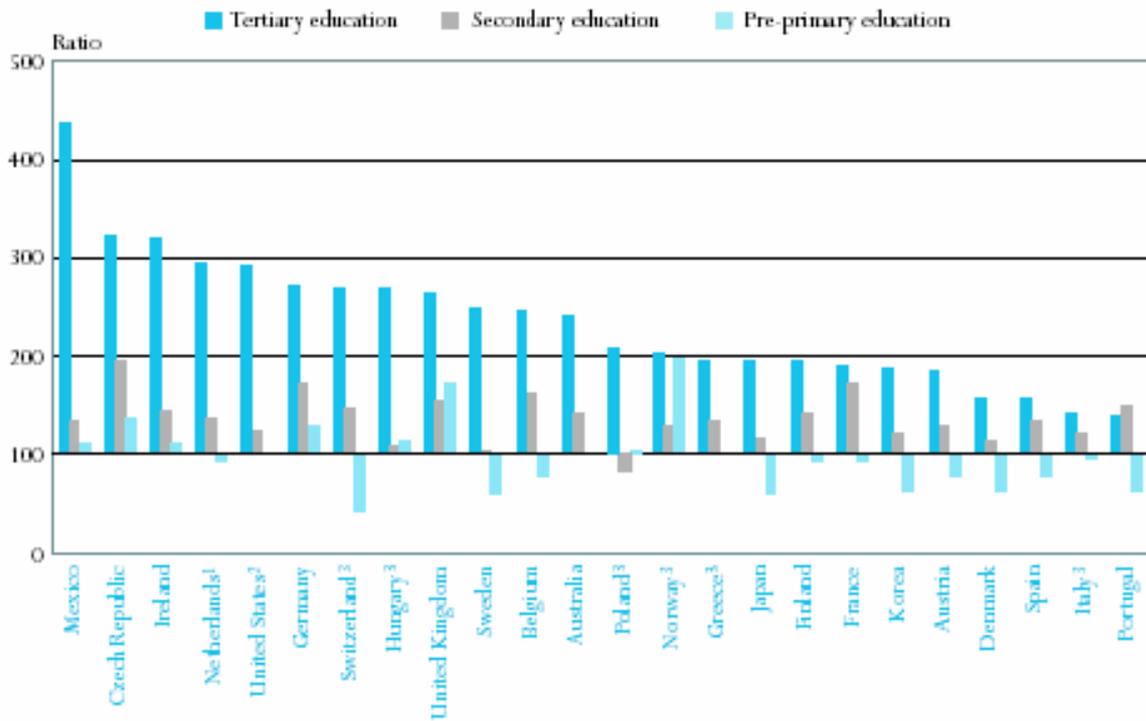


Chart B1.5.

Differences in expenditure on educational institutions per student relative to primary education (1999)

Ratio of expenditure on educational institutions per student at various levels of education to educational expenditure per student in primary education, multiplied by 100

